

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO Á DISTÂNCIA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Flávia Costa Santos
Luciene Viana de Souza

**POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
REFLEXÕES DE ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO**

Diamantina
2025

Flávia Costa Santos
Luciene Viana de Souza

**POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA:
REFLEXÕES DE ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM
PEDAGOGIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Diretoria de Educação à Distância, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Nayara Cristine Carneiro do Carmo

Diamantina
2025

Flávia Costa Santos
Luciene Viana de Souza

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Licenciado em Pedagogia” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Diamantina, 26 de Junho de 2025.

Prof. Simone Grace de Paula, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Nayara Cristine Carneiro do Carmo, Dra.
Orientadora
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof.^a Erica Fernanda Justino de Freitas, Dra.
Universidade Instituto Federal de São João Evangelista

Prof.^a Gilda Rodrigues Rocha, Mr(a).
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Este trabalho é dedicado aos nossos pais, irmãos e filhos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pela oportunidade que nos deu de ingressar em uma faculdade, em busca de conhecimento para ter êxito profissional. E agradecemos também à nossa orientadora Nayara Cristine Carneiro do Carmo, que nos ajudou a construir esse trabalho, sempre muito amável e dedicada. Agradecemos aos nossos pais e irmãos pelo amor e carinho e principalmente pelo apoio que nos deram ao longo desses 4 anos. Agradecemos aos nossos amigos Tauany, Warley, Wilke, Wellington, Gilênio, Eliene, Yuri, Verônica, Adriana, Flávio, Paulo, que sempre nos apoiaram e acreditaram em nós. Eu Luciene, agradeço aos meus filhos, Gabriel e Luan, os quais são a minha maior motivação de vida. E agradecemos ao nosso coordenador do polo de Águas Formosas, Luciano, e à nossa tutora do polo presencial Jaqueline pela paciência e colaboração durante o curso. E por último, mas não menos importante, agradecemos à UFVJM pela oportunidade de estudar nessa instituição.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.”
Paulo Freire

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é estruturado a partir do Relatório de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental que ocorreu na Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo, com o objetivo de refletir e analisar as práticas pedagógicas relacionadas à Educação Inclusiva praticadas na instituição de ensino. A pesquisa de abordagem qualitativa, se deu a partir das experiências vivenciadas e registradas no estágio, utilizando da observação participante como metodologia de pesquisa. As análises perpassam por compreender, a partir da observação participante, os desafios enfrentados por alunos e professores na construção de uma educação mais inclusiva e equitativa. O estágio supervisionado no ensino fundamental proporcionou vivenciar o cotidiano da escola, suas práticas sociais e pedagógicas, observar a prática docente, as relações entre alunos, as ações pedagógicas da supervisão escolar e conviver com os membros da comunidade escolar que envolvem as famílias e outras instituições parceiras. Além disso, pesquisas bibliográficas relacionadas a marcos legais e políticas públicas no Brasil, fundamentos da educação e da educação especial e inclusiva contribuíram para reflexão das práticas observadas. Este trabalho demonstra que a educação inclusiva vai além das adaptações e leis, necessita de trabalho em equipe por parte dos professores, escola, família e comunidade. As análises revelam tanto os avanços da inclusão quanto as dificuldades enfrentadas nas ações inclusivas. A educação especial e inclusiva cumpre um importante papel na sociedade no que tange a garantia de direitos à educação para todos os alunos, considerando as especificidades de cada indivíduo. Por fim, vale ressaltar que o estágio supervisionado é um pilar indispensável na construção da identidade profissional pedagogo. É nesse espaço de imersão prática que a teoria ganha vida, permitindo que futuras educadoras e educadores, como nós, vivenciem os desafios e potencialidades da sala de aula e do ambiente escolar, especialmente no contexto da educação inclusiva e pública. Ao observar, participar e refletir sobre as dinâmicas escolares, desenvolvemos não apenas habilidades técnicas, mas também um olhar crítico e sensível para as diversas realidades que adentram a escola, solidificando nosso compromisso com uma prática pedagógica acolhedora, equitativa e transformadora.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Formação docente. Cotidiano escolar . Ensino fundamental I.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da cidade de Águas Formosas/MG no Google Maps.....	18
--	----

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Imagem sobre inclusão compartilhada no Instagram.....	19
Imagem 2 – Fotografia da fachada da escola.....	20
Imagem 3 – Fotografia da quadra da escola.....	21
Imagem 4 – Fotografia da biblioteca da escola.....	52
Imagem 5 – Fotografia do pátio da escola.....	52
Imagem 6 – Fotografia do bebedouro da escola.....	53
Imagem 7 – Fotografia do refeitório da escola.....	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LBi – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PDI – Plano de Desenvolvimento Individual

PPP – Projeto Político-Pedagógico

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SUMÁRIO

MEMORIAL.....	13
1. INTRODUÇÃO.....	15
2. CAPÍTULO 1- O Estágio Como Cenário De Investigação: Contexto Da Pesquisa.....	18
3. CAPÍTULO 2- Percurso Metodológico: Um Olhar Sobre A Prática Inclusiva.....	23
4. CAPÍTULO 3- A Inclusão Em Debate: Conceitos E Abordagens Teóricas.....	27
5. CAPÍTULO 4- A Inclusão Na Prática: Relato E Análise Da Experiência De Estágio.....	34
6. 4.1 Estágio: observação e prática.....	34
7. 4.2 Reflexão sobre inclusão na experiência de estágio.....	41
8. 4.3 Refletindo sobre a prática.....	43
9. CAPÍTULO 5- Aprendizagens E Contribuições Do Estágio Para Pensarmos A Inclusão.....	47
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
11. ANEXOS.....	55
12. REFERÊNCIAS.....	57

MEMORIAL

Por Flávia Santos:

Caros leitores, a minha história de vida é tão comum quanto a história de qualquer mulher do interior. Tenho 25 anos e sempre me esforcei para conquistar os meus objetivos. A minha trajetória escolar iniciou-se aos 2 anos na CEMEI Mundo Encantado, aos 6 anos fui para o fundamental I em uma escola pública da minha cidade, a E. E. César Matias de Almeida, aos 11 anos, iniciei no fundamental II na E. E. José Quaresma da Costa, onde estudei até o terceiro ano do ensino médio, sempre gostei de estudar e tirava boas notas. Concluí os meus estudos com 17 anos, com todo o apoio dos meus pais. Os meus pais vieram de origem humilde, ambos com histórias de vida de superação e trabalho árduo, me criaram com muita dificuldade e me ensinaram o valor das coisas. O meu pai é lavrador e a vida toda trabalhou em zona rural, um homem muito inteligente que criou 3 filhos. Sou a filha mais velha. Desde muito nova, ele e a minha mãe deixaram claro para mim que eu deveria estudar muito para ter uma vida melhor. O meu primeiro emprego foi como babá, e por influência do meu patrão, em 2021, no final da pandemia, fiz o vestibular para Pedagogia da UFVJM. Graças a Deus, passei em 2º lugar. No quarto período da faculdade, em 2023, fiz uma prova para ser estagiária no INSS, passei na prova e trabalho no Instituto Nacional do Seguro Social desde então. Tudo o que aconteceu na minha vida após 2021 foi graças ao curso de pedagogia. As histórias de Luciene e eu se cruzaram no INSS quando começamos a trabalhar juntas, e construímos uma parceria de apoio mútuo. Sou muito grata pela oportunidade que tive e sempre influencio garotas como eu a fazerem o vestibular, porque só por meio dos estudos podemos mudar a nossa história. Agradeço aos meus pais por me mostrarem que eu podia fazer mais do que eu imaginava.

Por Luciene Souza:

Me chamo Luciene, tenho 44 anos, sou solteira, mãe de 2 filhos. E minha vida escolar iniciou-se aos 6 anos ao entrar no antigo pré-escolar e teve fim em 1996, quando finalizei o ensino médio e aí fiquei sem estudar, pois não tinha dinheiro para dar continuidade. Confesso ter ficado incomodada e frustrada por não ter condições de pagar um curso superior. Mas também houve um imprevisto que me transformou em uma pessoa muito feliz, fiquei grávida e, quando concluí o final dos estudos, nasceu

meu 1º filho. A partir daí, virei mãe e dona de casa. Foi mais um empecilho para ingressar em uma faculdade. Em toda a minha trajetória escolar, estudei em escolas públicas e nunca fui reprovada. Sempre gostei de estudar e me dedicar aos estudos, com isso sempre obtive boas notas. A busca de uma formação acadêmica começou após a formação em Magistério no ano de 1996, mas tive que adiar esse sonho, pois fiquei grávida e as condições financeiras não eram suficientes. No percurso, tive o segundo filho e me acomodei por alguns anos. Na tentativa de ter uma faculdade, comecei o curso de Física pela UFVJM (Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri), mas tranquei, pois não me identifiquei com o referido curso. Em 2021, fiz o vestibular e consegui entrar no Curso de Pedagogia pela mesma instituição, era o que almejava, então dei o meu melhor e, com a ajuda de familiares e colegas de curso, estou na etapa final. Fiz o estágio supervisionado na educação infantil em uma escola municipal, em seguida a residência pedagógica em uma escola estadual. O Programa Institucional de Residência Pedagógica surgiu como uma excelente oportunidade para aliar a teoria com a prática, uma oportunidade de estar mais próxima da realidade escolar, construir e vivenciar novas experiências nessa mesma instituição. Dei continuidade aos estágios de coordenação e ensino fundamental anos iniciais. Com o curso, além dos conhecimentos que posso adquirir, o curso de Pedagogia é como um propósito de vida, porque, através da educação, podemos ser agentes transformadores na vida de muitas crianças que estão sem perspectivas e sem esperança de um futuro melhor. Não transmitir somente conhecimento, mas criar vínculos de respeito, confiança, diálogo e escuta, ser uma referência para os alunos e ajudá-los a construir sua autonomia, individualidade, seu bem-estar e suas potencialidades.

INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) é estruturado em núcleos de formação, abrangendo estudos de formação geral, aprofundamento e diversificação nas áreas de atuação profissional, estudos integradores para enriquecimento curricular, prática como componente curricular e, por fim, o estágio supervisionado. Este foi dividido em quatro momentos: dois realizados na Educação Infantil e dois no Ensino Fundamental I.

O estágio supervisionado é um componente essencial na formação do pedagogo, pois possibilita a articulação entre teoria e prática, promovendo o desenvolvimento de competências profissionais e o amadurecimento da identidade docente. Segundo Pimenta e Lima (2012), o estágio não deve ser compreendido apenas como um momento de aplicação de conteúdos teóricos, mas como um processo formativo que contribui para a construção dos saberes docentes por meio da observação, participação e reflexão crítica sobre a prática educativa.

O estágio no Ensino Fundamental I constitui uma etapa significativa da formação, pois permite ao futuro professor conhecer e compreender as especificidades dessa fase da Educação Básica, voltada para crianças de 6 a 10 anos. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Ensino Fundamental I deve assegurar aos estudantes “o direito de aprender, considerando as dimensões cognitivas, sociais, culturais e emocionais do desenvolvimento humano” (BRASIL, 2017, p. 49). Nesse sentido, o estágio proporciona ao licenciando a vivência prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, permitindo o desenvolvimento de um olhar crítico sobre o processo de ensino-aprendizagem e contribuindo para a construção de sua identidade profissional.

Os estágios foram realizados na Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo, no ano de 2024, sendo um em cada semestre, com carga horária de 40 horas cada. A escola está localizada na cidade de Águas Formosas, no estado de Minas Gerais, situada no Vale do Mucuri, com uma população de 18.448 habitantes. A economia local é baseada na agropecuária e seus derivados.

A história de Águas Formosas tem início com os povos indígenas Machacali, que habitavam a região do Vale do Mucuri. Posteriormente, migrantes do Nordeste do Brasil passaram a ocupar o território em busca de plantas medicinais. A riqueza natural e a fertilidade da terra atraíram migrantes que se fixaram às margens do rio Pampã, dando origem à cidade de Águas Formosas.

Localizada no nordeste de Minas Gerais, a cidade possui uma extensão territorial de 817 km². A maior parte da população vive da agropecuária, atuando na zona rural com plantações de milho, feijão, cana-de-açúcar, entre outros insumos. A criação de gado leiteiro também tem forte impacto na economia local. O município não conta com grandes indústrias, apenas dois laticínios em funcionamento.

Durante os estágios, observamos de perto as questões relacionadas à educação inclusiva e à educação especial, o que despertou nosso interesse pelos alunos que necessitam de atendimento especializado. Foi notável a forma como os alunos da educação inclusiva interagiam com os demais colegas em sala de aula: a convivência era harmoniosa, marcada pela colaboração mútua, ausência de preconceito velado e apoio às professoras responsáveis pelo acompanhamento dos estudantes com deficiência.

O aspecto mais surpreendente foi presenciar essa interação inclusiva entre os alunos, independentemente de a deficiência ser física e/ou intelectual. Em tempos passados, o cenário era diferente, alunos com deficiência frequentemente eram alvos de bullying. No entanto, durante o estágio, percebemos uma mudança significativa nesse padrão, o que despertou em nós, futuras pedagogas, um olhar mais atento e reflexivo sobre as práticas de inclusão e o papel fundamental do professor nesse processo.

Na turma do 1º ano do Ensino Fundamental I, um aluno necessitava do acompanhamento de um professor de apoio; e na turma do 5º ano, apenas uma aluna apresentava essa necessidade. Como os estágios foram realizados em dois semestres consecutivos, tivemos a oportunidade de conviver com os mesmos alunos por quase um ano. Essa continuidade nos permitiu vivenciar diversos momentos significativos na escola, o que fortaleceu nosso interesse em investigar como a inclusão se manifesta no cotidiano escolar, bem como os desafios e potencialidades percebidos a partir da nossa perspectiva como futuras educadoras.

Essa experiência concreta nos levou a refletir sobre a importância de uma formação pedagógica que contemple as especificidades da inclusão e nos prepare para desenvolver práticas educativas mais justas, acolhedoras e equitativas.

O intuito deste relatório de estágio é retratar como a educação inclusiva é vivenciada na escola, a partir do nosso olhar enquanto estudantes de Pedagogia EAD da UFVJM. Buscamos compreender as dinâmicas e os desafios da inclusão com base em nossa experiência de observação e participação, considerando a legislação vigente no Brasil, as diretrizes para a educação especial, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Nosso objetivo é discutir, a partir do que foi observado durante o estágio, como a prática da educação inclusiva se manifesta na sala de aula, evidenciando experiências de inclusão real, sem distinções de qualquer natureza, ao mesmo tempo em que identificamos desafios e possibilidades de aprimoramento. Pretendemos analisar de que forma os princípios teóricos da inclusão se materializam na prática escolar observada e quais são as implicações dessa vivência para nossa futura atuação como professoras.

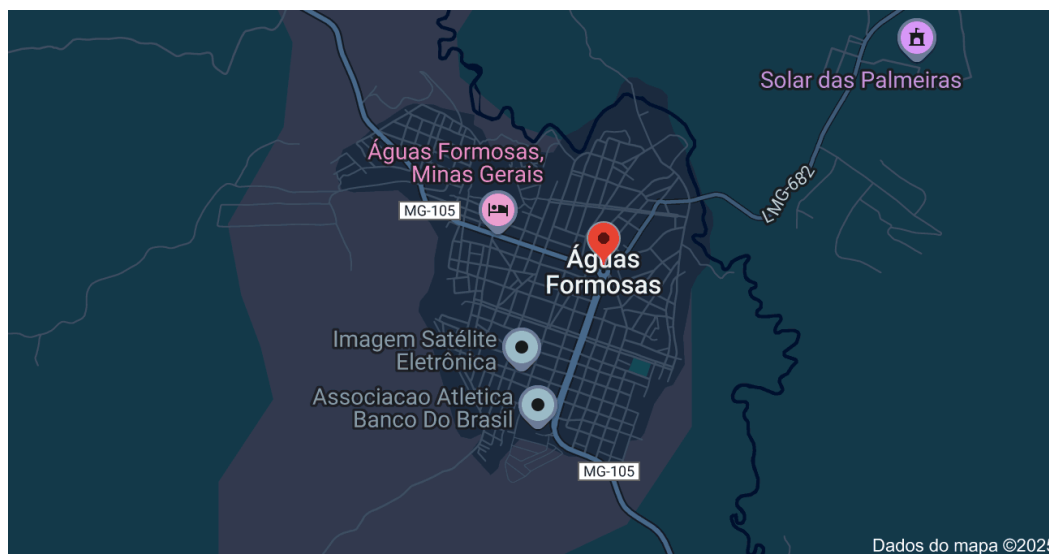
Ao longo do relatório, utilizaremos fundamentos teóricos de autores que abordam a inclusão de pessoas com deficiência na escola, como Vygotsky (1994), que trata dos desafios e potencialidades da educação inclusiva, além de embasarmos a análise no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola. Este Trabalho de Conclusão de Curso não se limita à descrição da prática observada, mas propõe uma análise crítica e reflexiva dessa vivência, sob a nossa perspectiva enquanto aprendizes e futuras profissionais da educação.

CAPÍTULO 1: O ESTÁGIO COMO CENÁRIO DE INVESTIGAÇÃO: CONTEXTO DA PESQUISA

A Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo foi a primeira escola a funcionar na cidade de Águas Formosas. Recebeu esse nome em homenagem ao Major Raimundo Felicíssimo de Paula Xavier, professor da Companhia dos Menores Aprendizes Militares do Exército. A escola atende aos cinco primeiros anos do Ensino Fundamental, organizados em dois turnos: matutino e vespertino.

Está localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 150, no Bairro Nossa Senhora das Graças, no município de Águas Formosas, estado de Minas Gerais. Foi criada pelo Decreto nº 1.723, de 29 de abril de 1946, sendo reconhecida, à época, como Grupo Escolar Major Raimundo Felicíssimo.

Figura 1 – Localização da cidade de Águas Formosas/MG no Google Maps.



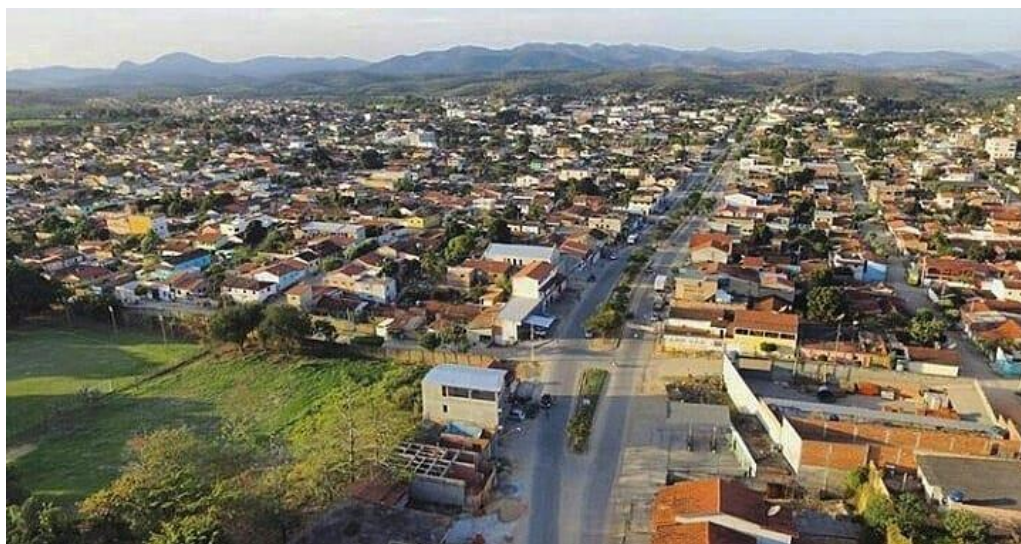
Fonte: GOOGLE (2025)

O estágio supervisionado no Ensino Fundamental, componente curricular obrigatório do curso de Pedagogia a Distância da UFVJM, foi realizado nessa escola, em duas turmas de anos e idades distintas. O público atendido era composto por alunos do Ensino Fundamental I, sendo uma turma do 5º ano, com idades entre 10 e 11 anos, e outra do 1º ano, com alunos entre 5 e 6 anos.

A maioria dos estudantes pertence a famílias bem estruturadas. No entanto, destacamos a situação de dois alunos da educação inclusiva que chamaremos

ficticiamente de Mônica e Cebolinha, os quais não contam com uma estrutura familiar ou um acolhimento compatível com suas necessidades específicas.

Imagem 1– Imagem sobre inclusão compartilhada no Instagram. Cidade de Águas Formosas.



Fonte: INCLUSÃO JÁ (2020).

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola é um instrumento teórico-metodológico voltado à intervenção e transformação da realidade educacional na qual está inserida. Esse documento expressa a intencionalidade educativa da Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo, alinhando-se às diretrizes da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG). O PPP fortalece a identidade institucional ao esclarecer sua organização, definir os objetivos de aprendizagem dos estudantes e, sobretudo, estabelecer as estratégias que serão adotadas para alcançá-los.

O documento foi construído de forma coletiva, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, em um processo crítico e reflexivo, por meio de ações e estratégias que acolheram as diversas contribuições pedagógicas.

A escola tem se empenhado em eliminar barreiras à aprendizagem dos estudantes atendidos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), especialmente aquelas que dependem de fatores internos. Entre as medidas

adotadas, destacam-se pequenas adaptações físicas, como a instalação de bebedouro acessível, aquisição de mesa para cadeirante, construção de rampas de acesso e adaptação de banheiros, entre outras ações inclusivas.

Imagem 2 – fotografia da fachada da escola



Fonte: Acervo pessoal

A Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo possui um espaço físico limitado, contando com seis salas de aula, com medidas que variam entre 27 m² e duas salas com 49 m². Além dessas, a escola dispõe de uma sala de biblioteca conjugada com a sala de vídeo, uma sala de informática, uma sala da diretoria, uma sala de supervisão, uma cantina conjugada com o depósito de alimentos, área para guarda de utensílios e refeitório, uma secretaria, uma sala dos professores, uma mini quadra coberta, um almoxarifado e um depósito.

O quadro docente da escola é composto por 28 professores, distribuídos da seguinte forma:

- 1º ano: 2 docentes
- 2º ano: 3 docentes
- 3º ano: 3 docentes
- 4º ano: 3 docentes

- 5º ano: 3 docentes
- Educação Física: 2 docentes
- Professores de apoio: 4 docentes
- Professor eventual: 2 docentes
- Professor responsável pela biblioteca: 2 docentes
- Professores da educação integral: 4 docentes

Imagem 3 – fotografia da quadra da escola



Fonte: Acervo pessoal

A escola desenvolve ações voltadas para a educação especial e inclusiva, com foco no cuidado e no bem-estar dos alunos. O coordenador pedagógico, em parceria com o professor regente, elabora o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) com o objetivo de atender às necessidades específicas de cada estudante e facilitar o trabalho docente.

Esse planejamento é construído a partir da coleta de dados sobre as particularidades do aluno, considerando suas especificidades e complexidades. A intenção é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade

que contribuam para eliminar barreiras, garantindo a participação plena dos estudantes no processo de aprendizagem.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola reforça esse compromisso ao assegurar os direitos dos discentes, fundamentando as práticas inclusivas adotadas pela instituição.

CAPÍTULO 2: PERCURSO METODOLÓGICO: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA INCLUSIVA

O estágio supervisionado configurou-se como um campo empírico privilegiado, proporcionando a observação direta dos desafios e das estratégias inerentes à inclusão. Nesse contexto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com abordagem descritivo-exploratória, ancorada na experiência do estágio. Essa abordagem permite aprofundar a compreensão dos fenômenos observados e das vivências no campo, sem a intenção de generalizar os resultados, mas de interpretá-los à luz do processo formativo na Licenciatura em Pedagogia.

O estágio foi realizado por Flávia no período de 22/04/2024 a 05/06/2024 e de 16/09/2024 a 07/11/2024, com carga de 6 horas semanais, totalizando 40 horas em cada semestre, distribuídas em 14 dias, no turno matutino. Já Luciene realizou o estágio entre 25/04/2024 e 22/05/2024, e de 02/09/2024 a 19/09/2024, também com 6 horas semanais, totalizando 40 horas por semestre, em 15 dias, no turno vespertino.

Conforme previsto no plano de ensino da disciplina Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I, o objetivo da disciplina é introduzir os futuros docentes no cotidiano escolar, promovendo a articulação entre pesquisa de campo, planejamento e aplicação da teoria na prática. Busca-se, ainda, o desenvolvimento de competências investigativas por meio de projetos que contribuam com as vivências no ambiente escolar (UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, 2025).

A escolha dessa metodologia justifica-se pela necessidade de uma imersão profunda na realidade escolar, permitindo uma compreensão holística das interações entre discentes, docentes e a estrutura organizacional. A coleta de dados privilegiou a observação participante e a análise documental, com o intuito de evidenciar as nuances da práxis educacional e as percepções subjetivas dos sujeitos envolvidos, especialmente no que se refere à educação inclusiva. Esse delineamento metodológico possibilitou a apreensão das relações interpessoais, dos procedimentos

formais e informais da gestão escolar, bem como das dimensões afetivas e cognitivas que permeiam o ambiente educativo, proporcionando uma análise multifacetada da realidade investigada.

A observação participante permitiu uma imersão no cotidiano escolar, possibilitando conhecer e aprofundar a compreensão sobre os fenômenos escolares e educacionais, especialmente no que se refere à inclusão. Diferente da simples observação, essa abordagem permite que o observador se integre ao grupo, vivenciando situações e interagindo com os sujeitos neste caso, a comunidade escolar, o que possibilita acessar informações e percepções que dificilmente seriam obtidas por outros métodos, conforme ressalta Mônico, Lisete S. et al. (2017).

Admite-se, ainda, que a experiência direta do observador com o grupo em observação seja capaz de revelar a significação, a um nível mais profundo, de episódios, comportamentos e atitudes que, apenas investigados de um ponto de vista exterior (entenda-se “não-participante”), poderiam permanecer obscurecidos ou até mesmo inatingíveis, caso o investigador (enquanto “suposto” partidário e participante de uma dada identidade grupal) não viesse a estabelecer condições de análise da complexidade das relações sociais ou de padrões de interação, que apenas poderiam ser quantificados ou antecipados mediante Observação Participante (Mônico, Lisete S. et al., p. 727, 2017).

No entanto, é importante destacar que essa imersão exige do pesquisador uma reflexão constante sobre seu próprio papel, a fim de manter o equilíbrio entre a participação ativa e a objetividade necessária à análise da realidade.

Durante a observação participante, foram observadas as aulas ministradas pelos professores regentes, auxílio nas atividades diárias, participação de reuniões com docentes e familiares, preenchimento de relatórios e a análise dos Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) das crianças com deficiência. Essa prática proporcionou uma visão ampliada do contexto escolar e das relações estabelecidas no interior da instituição, além de permitir o registro detalhado das experiências vividas no cotidiano escolar.

O convívio diário com os professores, especialmente nos momentos de intervalo na sala dos docentes onde há 15 minutos de descanso durante o recreio, proporcionou conversas valiosas, repletas de informações sobre a profissão, desafios enfrentados, dificuldades de comunicação com as famílias dos alunos, sentimentos

de orgulho pelo trabalho docente, e uma troca significativa de experiências e práticas pedagógicas.

Houve a oportunidade de participar de reuniões entre a supervisora e os professores, nas quais foram discutidas questões relacionadas a alunos da inclusão e àqueles com baixa frequência escolar. Esse momento de coleta foi importante para a análise da comunicação entre professores e supervisão pedagógica, além de possibilitar a observação de como a equipe lida com os desafios enfrentados ao longo do percurso pedagógico.

Em alguns dias de estágio, ocorreram a observação dos alunos durante o recreio e o auxílio na mediação de conflitos ocorridos entre os estudantes.

Além da observação e da participação ativa, foram utilizados outros instrumentos de coleta de dados ao longo do estágio, como o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, atas de reuniões, cadernos de planejamento dos docentes e anotações diárias.

Os professores regentes disponibilizaram seus cadernos de planejamento para compreensão do funcionamento das atividades nas turmas do 1º e 4º anos. A supervisora apresentou o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), explicando seu objetivo e a forma correta de preenchimento dos dados, sempre com consciência e responsabilidade. Houve acesso às atas que ficam sob responsabilidade da supervisora, além de avisos destinados às famílias dos alunos. Esse conjunto de documentos foi essencial para compreensão de como a escola lida formalmente com os problemas, prezando pela segurança, privacidade e integridade dos estudantes.

Por fim, é importante destacar que o estágio foi realizado em conformidade com a Lei nº 11.788/08 e demais legislações pertinentes, seguindo cláusulas e condições mutuamente aceitas e estabelecidas entre a universidade e a instituição concedente.

A segurança das informações pessoais dos alunos, como nomes e temas que envolvem diretamente professores e familiares, foi rigorosamente preservada, assegurando anonimato e confidencialidade, em respeito à dignidade e aos direitos de todos os envolvidos. As informações sensíveis foram tratadas com descrição e

responsabilidade, sem expor professores, famílias ou membros da equipe gestora. A análise das observações respeitou integralmente a integridade dos participantes, evitando qualquer tipo de julgamento ou exposição, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que orienta as pesquisas nas áreas de Ciências Humanas e Sociais.

CAPÍTULO 3 - A INCLUSÃO EM DEBATE: CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS

A trajetória das pessoas com deficiência é marcada por lutas e resistências na busca pela garantia de direitos historicamente negados. A exclusão, a invisibilidade e os estigmas que atravessaram gerações provocaram dor e sofrimento em inúmeras famílias que possuíam entre seus membros pessoas com deficiência física ou mental.

Na Antiguidade, esses indivíduos eram frequentemente vistos como fardos sociais. Ao longo dos séculos, prevaleceram concepções excludentes que associavam a deficiência à incapacidade ou a castigos divinos. Como a religião exercia forte influência sobre a sociedade da época, muitos acreditavam que a deficiência era consequência dos pecados dos pais, o que resultava na rejeição e marginalização dessas pessoas.

Há diversas passagens bíblicas que citam pessoas com deficiência como “sujas de pecado”, excluindo-as da vida religiosa e relegando-as ao desprezo e ao abandono. Em função dessa exclusão social, muitos viviam em situação de extrema vulnerabilidade. Um exemplo disso é encontrado no livro de Levítico atribuído a Moisés e considerado um dos textos legislativos daquele povo, que traz a seguinte determinação:

Todo homem da estirpe do sacerdote Arão que tiver qualquer deformidade, não se aproximará a oferecer hóstias ao Senhor, nem pães ao seu Deus; comerá todavia dos pães que se oferecem no santuário, contanto, porém, que não entre do véu para dentro, nem chegue ao altar, porque tem defeito e não deve contaminar o meu santuário" (SILVA, 1986, p. 47).

Os movimentos pelos direitos civis e as reivindicações por equidade ganharam força a partir da segunda metade do século XX, quando as pessoas com deficiência passaram a lutar por seus direitos e a se tornarem protagonistas de suas próprias histórias. Os avanços legais conquistados por meio dessas lutas provocaram mudanças significativas nas esferas social e cultural da sociedade. Um dos principais

progressos foi o reconhecimento da deficiência não apenas como uma condição médica, mas como uma construção social, influenciada por barreiras ambientais, atitudinais e institucionais.

As legislações nacionais e internacionais desempenharam um papel fundamental nesse processo de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Entre os marcos legais mais importantes, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que estabelece, em seu artigo 1º, que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. Essa afirmação garante a todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, o direito à igualdade e à dignidade direitos que durante muito tempo foram negados ou desconsiderados em razão da ignorância e dos preconceitos de épocas anteriores.

No campo da educação, um marco legal de grande relevância é a Declaração de Salamanca (1994), que afirma, em seu artigo 6º: “as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.” A escola, portanto, deve ser um espaço de inclusão, respeito e segurança para todos, e jamais um lugar de exclusão por conta de diferenças ou desafios individuais. Essa declaração estabeleceu princípios fundamentais para a educação inclusiva, influenciando a formulação de políticas públicas em diversos países.

Ainda segundo a Declaração de Salamanca: “A escola comum, com orientação inclusiva, é o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade inclusiva e alcançar a educação para todos” (1994, p. 9). O documento reforça a importância da escola pública comum como o principal meio para promover a inclusão.

De acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:

“as pessoas com deficiência incluem aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2009, art. 1º).

Partindo desse ponto, percebe-se o reconhecimento de que o problema não está apenas nos impedimentos e desafios individuais, mas, principalmente, nas barreiras sociais enfrentadas diariamente pelas pessoas com deficiência. A

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência compreende que a questão não é unicamente individual, mas sim um problema de ordem social.

Atualmente, a sociedade tem buscado soluções mais eficazes para garantir a inclusão das pessoas com deficiência. Diversos grupos sociais estão engajados nessa luta, promovendo avanços importantes. Nesse sentido, o artigo 8º da Lei Brasileira de Inclusão afirma: “É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à moradia, à previdência social, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao esporte, ao turismo, ao lazer e à informação” (BRASIL, 2015, art. 8º). O avanço das legislações que respeitam as necessidades de todos os indivíduos evidencia como essa evolução social tem ganhado força.

A inclusão pode ser compreendida como um processo que assegura a todas as pessoas independentemente de suas dificuldades físicas, mentais ou características como raça, gênero ou orientação sexual o direito à participação plena em todos os espaços sociais, sem que se sintam rejeitadas ou excluídas por suas diferenças. Trata-se de garantir acesso igualitário a oportunidades e direitos, promovendo a transformação dos ambientes para acolher a diversidade.

As dimensões da inclusão abrangem aspectos sociais, educacionais, econômicos, digitais, arquitetônicos e urbanísticos. Nesse contexto, Abric (2001, p. 156) destaca que uma representação “[...] é determinada ao mesmo tempo pelo próprio sujeito (sua história, sua vivência), pelo sistema social e ideológico no qual ele está inserido e pela natureza dos vínculos que ele mantém com esse sistema social”, reforçando a importância de considerar múltiplos fatores na construção de ambientes verdadeiramente inclusivos.

Nos últimos anos, a inclusão tem sido amplamente debatida em diversas áreas do conhecimento. A sociologia e a psicologia ganharam destaque nessas discussões, por suas contribuições significativas na busca por uma inclusão plena (GOFFMAN, 1988; VIGOTSKI, 1997). A educação também desempenha um papel essencial nesse processo. Diversas abordagens foram adotadas ao longo do tempo para romper com

a lógica excludente e transformar pessoas com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados em protagonistas de suas próprias histórias.

Mantoan (2015) ressalta que:

(...) a inclusão deve ser compreendida como um processo dinâmico, fundamentado em princípios de equidade, participação e valorização da diversidade, exigindo a transformação das práticas pedagógicas e das estruturas escolares para atender a todos os alunos (Mantoan, p. 20, 2015).

A educação inclusiva está presente em diversos marcos legais brasileiros. O artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante a todo o público infantojuvenil o legítimo direito à educação. Já a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, assegura o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O objetivo dessa legislação é afirmar, de forma clara e objetiva, os direitos de todos os indivíduos que buscam a aprendizagem em escolas públicas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) define os parâmetros a serem seguidos pelas instituições de ensino públicas e privadas, estabelecendo diretrizes voltadas à promoção de uma educação equitativa. O artigo 58 da Lei nº 9.394/1996 define a educação especial como uma modalidade de ensino oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, destinada a educandos com necessidades especiais. Esse artigo respalda políticas públicas voltadas à promoção da inclusão escolar.

O sistema educacional brasileiro teve um avanço significativo com a criação da LDB. As leis que regem as instituições de ensino foram elaboradas com o intuito de garantir uma educação mais justa e inclusiva. O parágrafo 1º do artigo 58 da mesma lei prevê, quando necessário, a oferta de serviços de apoio especializado na escola regular, com o objetivo de atender às necessidades específicas dos alunos da educação especial. A escola, como espaço de integração social, tem o dever de oferecer ao aluno o acompanhamento de um professor de apoio, para que ele possa participar plenamente das atividades regulares e recreativas, de acordo com suas necessidades.

A literatura da área evidencia que a capacitação de professores para a educação inclusiva é uma necessidade urgente. Um docente sem formação específica

nessa área poderá enfrentar sérias dificuldades para atender adequadamente alunos que enfrentam desafios diários (RODRIGUES, 2006; GLAT, 2007). O artigo 59 da Lei nº 9.394, em seu inciso III, determina a necessidade de professores com especialização adequada, tanto em nível médio quanto superior, para o atendimento educacional especializado, além de professores do ensino regular capacitados para promover a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Esse dispositivo legal propõe a presença de docentes devidamente preparados para atuar no contexto da educação inclusiva. O professor de apoio tem o papel de facilitar a interação do aluno com deficiência com seus colegas, promovendo a convivência plena e a participação ativa nas atividades escolares.

O desenvolvimento da educação inclusiva tem possibilitado novos parâmetros de qualidade no ensino. O uso das tecnologias digitais pelos professores de apoio contribui significativamente para o bom desempenho dos alunos. De acordo com Giroto et al. (2012), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) apresentam-se como ferramentas promissoras para a implementação e consolidação de um sistema educacional inclusivo, devido às suas inúmeras possibilidades na construção de recursos adaptados. Dessa forma, o conteúdo curricular passa a ser acessível a todas as pessoas, incluindo aquelas com necessidades especiais, permitindo-lhes adquirir um conhecimento amplo e adequado.

É fundamental que o professor regente da turma esteja alinhado com o professor de apoio do aluno. A falta de sintonia entre ambos pode prejudicar significativamente o processo de aprendizagem do discente. Esse alinhamento é essencial para que o aluno se sinta realmente incluído no desenvolvimento das atividades da classe. O uso das tecnologias digitais, nesse contexto, favorece o atendimento às necessidades específicas dos alunos, promovendo uma educação equitativa e comprometida com os princípios da inclusão.

Cabe ao professor de apoio oferecer ao aluno um ensino adaptado, coerente com suas necessidades educacionais e/ou motoras. Por essa razão, o respeito ao ritmo e às habilidades individuais de cada estudante é indispensável, conforme estabelece a LDB no que se refere à educação inclusiva. Essa perspectiva visa

preservar as individualidades, garantindo que o processo de ensino-aprendizagem seja realmente significativo.

No passado, as escolas eram instituições marcadas pela rigidez e pelo formalismo. Segundo Mantoan (2003), a escola se “entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia”. Para a autora, houve uma ruptura estrutural em sua organização. Nesse cenário, a educação inclusiva surge como uma proposta transformadora, ao adentrar o espaço escolar com o objetivo de romper paradigmas e humanizar o sistema educacional.

É fundamental discutir os desafios e as possibilidades da educação inclusiva, a fim de ampliar a compreensão da sociedade sobre os transtornos psicossomáticos, como aponta Aranha (2001). Nesse contexto, o objetivo é favorecer a compreensão desse processo, estimulando a reflexão e o debate social a seu respeito. Para isso, torna-se necessário promover uma mudança de ideias, revisitando e desconstruindo preconceitos velados ainda presentes na sociedade.

A ética que fundamenta a educação inclusiva coloca os educadores na posição de transmissores de valores. Conforme defende Freire (1996), ensinar exige risco, abertura ao novo e rejeição a qualquer forma de discriminação. No âmbito da educação inclusiva, lecionar significa romper com práticas tradicionais e ultrapassadas. Nessa modalidade, o docente deve abandonar todo e qualquer preconceito ou olhar discriminatório, pois o que se busca é a valorização da igualdade e da dignidade de todos.

Historicamente, a trajetória da educação brasileira foi marcada por uma lógica de segregação, categorizando os estudantes entre “normais” e “anormais” ou “fortes” e “fracos”, conforme analisa Kassir (2011). Essa visão excludente resultou na marginalização de inúmeras crianças, que foram afastadas do ambiente escolar regular. No entanto, com o avanço da legislação brasileira e a consolidação progressiva da educação inclusiva, essa concepção tem sido desconstruída. A proposta atual é reconhecer que as diferenças fazem parte da condição humana e não devem ser tratadas como obstáculos à participação plena e à aprendizagem no ensino regular.

Os marcos legais contemporâneos têm como objetivo garantir que todas as pessoas independentemente de suas características e necessidades tenham assegurado o direito à educação em ambientes que promovam a equidade, o respeito à diversidade e o desenvolvimento integral de cada indivíduo.

Nesse sentido, torna-se essencial que os estudantes de pedagogia, durante suas práticas de estágio, observem atentamente as experiências, os desafios e as potencialidades da educação inclusiva no sistema público de ensino. Essa vivência contribui para a compreensão da realidade escolar e para o aprimoramento constante das práticas pedagógicas, visando a construção de uma escola mais justa, acolhedora e efetivamente inclusiva.

CAPÍTULO 4 - A INCLUSÃO NA PRÁTICA: RELATO E ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Este capítulo pretende apresentar e examinar a experiência que vivenciamos ao longo do estágio supervisionado no fundamental I, com foco na educação inclusiva e especial observada e/ou desenvolvida na escola do campo de pesquisa. A partir da exposição das atividades realizadas na escola, descreveremos os acontecimentos que ocorreram em sala e em outros espaços da instituição escolar. A descrição das atividades resultará em uma análise dos acontecimentos, à luz dos referenciais teóricos estudados, considerando a legislação vigente no Brasil e as diretrizes da educação inclusiva.

Foi elaborado o plano de atividades, com previsão de atividades de observação e coparticipação, e criação de um plano de intervenção segundo as dificuldades e demandas dos alunos. No decorrer do estágio, tivemos acesso ao plano de ensino dos professores e ao projeto de intervenção da escola, além de atividades de observação quanto ao PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) de alguns alunos, e presenciamos o preenchimento de relatórios de comportamentos solicitados pelos pais e profissionais da área da psicologia.

Abaixo apresentaremos as experiências de estágio que, conforme dito anteriormente, ocorreram na Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo, no período de setembro a outubro de 2024, sob a supervisão do professor regente da turma e da coordenadora pedagógica, turma do 5º ano com idade entre 10 a 11 anos. O estágio permitiu a compreensão mais ampla dos processos que envolvem a prática pedagógica, a gestão escolar e os desafios da inclusão.

4.1 Estágio: observação e prática

Nesta seção, serão apresentadas as práticas de estágio desenvolvidas individualmente por nós, Flávia e Luciene. Primeiramente, detalharemos a experiência de Flávia, que realizou seu estágio entre abril e novembro de 2024. Em seguida, abordaremos a prática de Luciene, com observações que ocorreram de abril a outubro 2024. Cada uma faz o relato dos dois estágios no Ensino Fundamental, conforme organização do PPC da Pedagogia DEaD – UFVJM. Apesar de os estágios terem sido

conduzidos separadamente, devido à sua natureza individual, as análises e discussões serão realizadas posteriormente em conjunto. Essa abordagem conjunta permitirá explorar como as experiências de ambas, embora distintas em sua execução inicial, confluem e se complementam, enriquecendo a compreensão sobre a inclusão.

Pedimos licenças para tecer o texto agora em primeira pessoa, voltando para a experiência pessoal do estágio.

4.1.1 Estágio Flávia Costa

O primeiro estágio no Ensino Fundamental foi realizado entre os dias 22 de abril de 2024 e 05 de Junho 2024. O primeiro estágio é voltado para observação e coparticipação.

Iniciei as observações com uma aula de matemática, onde foram abordados pelo professor regente conteúdos relacionados à geometria, assuntos como: segmentos de reta, retas paralelas e concorrentes. O professor regente demonstrou uma dedicação e empenho ao corrigir no quadro a atividade anterior com os discentes, no entanto, parte da turma apresentou uma certa dificuldade e não fez a atividade no dia proposto.

As observações das aulas seguintes, tive a oportunidade de acompanhar aulas de Língua Portuguesa, Geografia, Ciências e teve um momento especial onde foi trabalhada a ludicidade, por meio de jogos, em um dia dedicado somente a jogos. Alguns conteúdos trabalhados nesses dias foram: produção textual por meio das observações de imagens, análise de palavras primitivas e derivadas, numeração decimal, interpretação de fábulas, leituras avulsas.

Nos dias 22, 27 e 29 de maio, auxiliei o professor regente com as atividades, tirei dúvidas e colaborei, ajudando um aluno que tinha muita dificuldade de compreender o conteúdo. Nos dias 3 e 5 de junho, continuei com as observações e a participação respeitosa, auxiliando quando pertinente. A coparticipação foi importante para compreender como funciona a prática docente, agregando minha habilidade de mediação pedagógica e convívio com os discentes.

No estágio, houve vários momentos que me marcaram profundamente quanto às práticas inclusivas. Como futura pedagoga, observei as interações entre os alunos. A turma tem uma aluna que possui necessidades especiais, é assistida por uma professora de apoio. Os alunos interagem com ela positivamente, auxiliando a professora de apoio no cuidado com ela. Isso reflete a empatia e o respeito às diferenças desses alunos.

Em uma aula de Educação Física, ocorreu um momento de inclusão muito especial, os alunos incluíram a aluna que possui necessidades especiais no jogo de queimada, no entanto, a inclusão não foi somente o ato da participação dela, mas também na troca da bola de queimada por uma mais leve para que ela conseguisse jogar a bola. E cada vez que ela jogava a bola, os discentes aplaudiam e comemoravam o ato. Esse momento apresentou a eficácia do trabalho pedagógico voltado à inclusão, e como a cultura escolar é humana e equitativa.

Outro ponto importante sobre a turma é o fato de dois alunos morarem na zona rural e serem frequentes nas aulas. Esses dois alunos em questão não necessitam de transporte público, os pais os levam para a escola todos os dias, o apoio familiar é algo admirável. Isso demonstra o empenho e apoio da família e como todos valorizam a educação. O estágio supervisionado no 5º ano teve grande relevância e contribuição significativa na minha formação como futura pedagoga.

A turma é espetacular e cheia de vida, possui um dinamismo muito importante, são amorosos e dedicados, apoiam os alunos e professores. O professor regente da turma é dedicado e possui uma didática envolvente, empenhado em passar para os alunos o melhor ensino possível. Com certeza, vou me inspirar nele como futura pedagoga.

As vivências desse estágio me proporcionaram compreender, na prática, como os desafios que ocorrem no cotidiano escolar e as retribuições da docência estão na mesma balança. Entendi que realmente quero seguir no caminho da pedagogia e quero cada dia mais e mais me especializar como pedagoga.

Adentrando o segundo estágio no Ensino Fundamental, que envolve coparticipação e regência, foi realizado entre os dias 16 de setembro e 07 de novembro 2024.

Em setembro, dei prosseguimento no último estágio curricular, acompanhei o professor regente da turma e a supervisora da escola. Observei atividades como a

preparação da ATA, no dia anterior havia ocorrido a reunião de módulo e a supervisora me mostrou como foi preparada a ATA de reunião. Houve também a conferência dos cadernos de atividades dos professores e também atendimento com alguns pais. Ocorreu um atendimento em questão que merece ser registrado, uma mãe pretendia tirar o filho da escola e desejava encaminhá-lo aos serviços da APAE. A escola tentou convencer a mãe de que não havia necessidade disso, que a escola oferecia ao aluno uma professora de apoio. A mãe, no entanto, se recusou e alegou que o filho não se adaptava mais ao ambiente escolar. Algo admirável foi como os membros da escola lidam com a família e com os processos inclusivos.

Algo surpreendente foi a atuação da supervisora que agia como um suporte de apoio contínuo entre os familiares dos alunos e professores, colaborando com as atividades desenvolvidas, impressão de materiais didáticos e com a comunicação e folhetos para serem enviados aos pais, como ocorreu no dia 07 de setembro, os pais receberam um comunicado falando o dia e a hora que o desfile cívico iria ocorrer.

Nos dias seguintes, tive a oportunidade de observar o preenchimento de um relatório solicitado pela mãe de um aluno. Ela queria encaminhá-lo ao psicólogo, o aluno apresentava dificuldades na produção das atividades em sala de aula e estava se comportando mal na sala. A construção do relatório foi minuciosa, houve todo um cuidado com as palavras, isso revela o comprometimento da escola com o aluno e a família.

Um assunto abordado e que estava acontecendo na escola era as diferenças de pensamentos entre a professora regente e o de apoio, bem como os conflitos que ocorrem ao longo do tempo entre esses personagens. A observação desses acontecimentos abriu os olhos para a compreensão de como é desafiador o ato da inclusão, não é somente o aluno, tem todo um processo e pessoas envolvidas que precisam estar na mesma sintonia.

Nos, dias 24 e 26 de setembro, tive a oportunidade de presenciar o preenchimento do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) de alguns alunos com necessidades especiais. A supervisora me explicou como funcionam as etapas do preenchimento do documento. As etapas iniciam pela entrevista com os pais do

discente e vão até o procedimento da solicitação do professor de apoio. Essas informações agregaram para que eu pudesse compreender os processos da inclusão.

Em outubro-, nos dias 01 e 03, foram observados os relatórios dos professores de apoio e seus respectivos alunos, a supervisora analisou os documentos de discentes que possuíam múltiplos CID, onde a supervisora encontrou divergências entre as informações da professora regente e a professora de apoio. Desta maneira, a supervisora achou melhor conversar com as docentes e orientou que ambas conversassem sobre o aluno e alinhassem os pensamentos e reflexões quanto ao discente.

Essa posição de orientar da supervisora revelou o ótimo trabalho em que ela vem tendo com a equipe pedagógica em garantir os direitos dos alunos da inclusão. Houve um momento de discussão necessária quanto à frequência de dois alunos, a escola estava acompanhando os alunos por serem de famílias problemáticas, os discentes não possuíam uma vida constante e isso estava sendo refletido em sala de aula. Os dois discentes estavam com dificuldades de comportamento e na aprendizagem.

4.1.2 Estágio Luciene Souza

O primeiro estágio no Ensino Fundamental foi realizado entre os dias 25 de abril e 22 de maio 2024. O primeiro estágio, como ressaltado anteriormente, é voltado para observação e coparticipação. Estágio Supervisionado no fundamental I, observação e coparticipação, turma do 1º ano, alunos com idades entre 6 e 7 anos. No período de abril a maio de 2024.

Os acontecimentos que ocorreram ao longo do estágio nos anos iniciais proporcionaram vivências enriquecedoras. Tive a oportunidade de aprender sobre diversos assuntos do âmbito acadêmico. Os problemas e desafios que ocorreram no período do estágio permitiram assimilar, enriquecedoramente, como funciona e como se dá a convivência no ambiente escolar. No período de observação com os alunos e os professores, pude perceber algumas situações que merecem ser registradas nesse relatório.

Um dos assuntos que considero ser relevante para ser registrado é a quantidade de crianças que necessitam de atendimento especializado, e provavelmente vão precisar de laudos médicos que comprovem suas necessidades

para terem direito a professores de apoio. Algo marcante é o fato da escola possuir poucos funcionários, isso prejudica os serviços de acompanhamento e as demandas administrativas/pedagógicas. Desta maneira, a secretaria fica sobrecarregada juntamente com a gestão escolar. Isso revela outro lado da escola, o lado que necessita de mais funcionários e revela a lacuna com a escassez de recursos humanos.

O estágio supervisionado na turma do 1º ano fundamental I proporcionou uma completa integração entre os conhecimentos teóricos voltados para a prática pedagógica, os conhecimentos adquiridos ao longo do curso colaboraram com as atividades desenvolvidas no estágio. As conversas que tive com a professora regente contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal. Essa experiência apresentou a necessidade da formação de novos profissionais da educação e da formação continuada dos mesmos, pude compreender as dificuldades que a realidade traz, o cotidiano escolar é desafiador. Com esse estágio, entendi a importância do trabalho coletivo entre pedagogos e supervisão.

No decorrer do estágio, observei um aluno e a inclusão praticada com ele, as necessidades educacionais e especiais de que ele precisava, e a relação com os colegas de classe também foi observada. A professora de apoio do aluno permitiu que eu olhasse o PDI dele, isso permitiu compreender as necessidades deste aluno. Como estava no início do ano letivo, o aluno ainda não possuiu avanços quanto aos conteúdos relacionados à sua série. A mãe do aluno relatou à professora que esse atraso na aprendizagem dele, em partes, se dá pela pré-escola onde ele estudou, não ter alguém capacitado para cuidar de um aluno da educação especial.

O comportamento do aluno em sala de aula era complicado, ele era agressivo com os colegas e diversas vezes bateu na professora de apoio, isso exigiu uma atenção redobrada da coordenação escolar. As atividades estavam sendo trabalhadas com ele de forma dinâmica para que ele pudesse desenvolver habilidades correspondentes com sua realidade.

Adentrando ao segundo estágio, de coparticipação e regência no Ensino Fundamental, foi realizado entre os dias 02 de setembro e 01 de novembro de 2024.

Observação e coparticipação nas ações do professor, estágio supervisionado no Ensino Fundamental I, turma 1º ano. Alunos com idades entre 6 e 7 anos, no período de setembro a outubro de 2024.

Dando continuidade no último estágio da grade curricular, continuei na mesma sala do 1º ano, fundamental I. A turma possui um aluno que necessita de um professor de apoio, o aluno em questão, apresenta TDAH (Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade) CID-10 F90.0, ele também tem EPILEPSIA-CID10: G40. A professora que acompanha esse aluno assisti-o o tempo todo em sala de aula e desenvolve as atividades dele.

O aluno já frequenta a escola há um bom tempo, no entanto, ainda não consegue interagir com os demais alunos. Ele não fica quieto na sala, e sempre tenta fugir. A professora de apoio, com todo o cuidado, está sempre atenta para que ele não se machuque. Este aluno não pode ficar sozinho nem mesmo na hora do recreio, no intervalo do recreio uma ASB (Auxiliar de Serviços de Educação Básica) e após o recreio ele fica com uma PEUB (Professor para Ensino do Uso da Biblioteca). Ele ainda não escreve e não consegue segurar o lápis sem ajuda, não consegue conviver pacificamente com os alunos em sala.

Devido às dificuldades com o aluno, ele não conseguiu assimilar as habilidades nos dois bimestres que passaram. No decorrer do estágio, notei o esforço pedagógico para solucionar e conseguir sanar as dificuldades de aprendizagem do aluno em questão. Quando uma criança apresenta mau comportamento e não cumpre as normas escolares, o professor mediador da sala de referência é quem soluciona o problema. E a coordenação colabora auxiliando o professor.

A escola apresenta aspectos positivos e negativos como qualquer outra escola. Quanto aos aspectos positivos, é interessante registrar que as cadeiras e mesas que compõem as salas de aulas são ideais para crianças, os banheiros foram adaptados e qualquer criança pode utilizá-los, tendo necessidades especiais ou não. O refeitório fica no piso inferior da escola, apesar de o refeitório ser um local pequeno, o espaço possui mesas e bancos adequados para as crianças.

Os auxiliares da escola são cuidadosos e sempre estão preocupados com a segurança dos alunos. Os colaboradores se dedicam para ensinar os alunos o máximo que podem. Com a conclusão do estágio como requisito para o curso de Pedagogia

pela disciplina de Estágio no Ensino Fundamental II, é claro a importância de entender a realidade do ambiente escolar.

O meu convívio com os docentes foi muito enriquecedor, as experiências adquiridas ao longo do estágio, os conselhos e trocas de experiências proporcionaram um sentido novo na formação profissional. Compreendo que, ao longo do caminho como pedagoga, enfrentarei desafios para obter uma educação de qualidade.

4.2 A inclusão observada e vivenciada na experiência de estágio

A inclusão, em sua essência, parte da premissa de que o aluno, independentemente de suas necessidades ou características, pode frequentar a escola e participar ativamente dos processos de aprendizagem, desenvolvendo seu potencial. Ao voltarmos o olhar para a Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo, Observa-se o grande empenho da gestão para que a inclusão ali praticada alcance seu objetivo pleno: incluir o aluno em todos os âmbitos escolares.

No que diz respeito à acessibilidade como forma de garantir a inclusão dos alunos, a escola tem se empenhado em adaptar seu ambiente, uma vez que sua estrutura original não foi projetada para atender crianças com limitações. Ainda assim, a gestão tem buscado superar esses desafios com modificações no espaço escolar, como a instalação de corrimãos em rampas e escadas, a troca do mobiliário das salas de aula e a reformulação da entrada e saída da escola, já que a anterior possuía escadas.

A escola trabalha a inclusão com respeito, valorizando a diversidade. Promove atividades que envolvem toda a comunidade escolar, buscando a sensibilização quanto à importância da inclusão. Um exemplo disso é o concurso “Rei e Rainha da Major”, realizado com a participação da comunidade escolar. Trata-se de uma votação em que alunos e professores escolhem, entre os discentes, aqueles que consideram merecedores do título. Em 2024, um dos vencedores era um aluno da inclusão, o que demonstra o olhar acolhedor e respeitoso da escola diante da diversidade.

Para garantir o acesso e a permanência desses alunos, inclusive os que possuem necessidades educacionais especiais, a instituição busca apoio pedagógico e recursos diversos, com o objetivo de reduzir a evasão escolar. Há casos em que alguns pais, ao identificarem dificuldades nos filhos, preferem encaminhá-los à APAE. No entanto, a escola procura dialogar com as famílias, incentivando que os alunos permaneçam na instituição e, ao mesmo tempo, participem das atividades da APAE.

A gestão promove a participação de todos os alunos nos eventos escolares. Um exemplo significativo é a inclusão dos alunos nos momentos de recreação. Durante um campeonato de queimada promovido pela professora de educação física, observa-se que, a cada vez que a aluna Mônica, participante da inclusão, arremessa a bola, os colegas aplaudem e a parabenizam, promovendo sua integração também nesses espaços.

No âmbito das práticas pedagógicas, a escola realiza adaptações e propicia uma aprendizagem significativa e personalizada, voltada às necessidades individuais de cada aluno. Essas adaptações envolvem o uso de diferentes métodos de ensino, materiais didáticos e jogos pedagógicos; o incentivo ao trabalho em grupo e à interação entre todos os alunos; além de assistência individualizada, com reconhecimento e valorização das diferenças.

A cultura escolar é sustentada pelo trabalho coletivo. Todo o corpo pedagógico, juntamente com a gestão, atua na conscientização e no incentivo ao respeito às diferenças, garantindo a participação de todos nas ações e eventos promovidos pela escola. Existe ainda um projeto de intervenção com programação para todo o ano letivo, cujas atividades são voltadas à participação da comunidade escolar, incentivando a presença das famílias no ambiente escolar.

Assim, a inclusão praticada pela escola configura-se como um processo multifacetado, envolvendo gestão, práticas pedagógicas, cultura escolar e comunidade, em uma atuação conjunta. Todos contribuem para a construção de uma escola inclusiva e equitativa, onde cada indivíduo tenha a oportunidade de desenvolver seu potencial, tornando-se um cidadão consciente e engajado nas causas inclusivas.

4.3 Refletindo sobre a prática

O estágio supervisionado nos proporcionou uma visão concreta do ambiente escolar, além de nos permitir desenvolver um olhar crítico sobre a execução da educação inclusiva, conforme abordado no capítulo 3 deste trabalho.

Nesse capítulo, discutimos que a inclusão vai além da simples presença física do aluno na escola, abrangendo aspectos socioculturais, como a superação de estigmas, a valorização da diversidade e a transformação das práticas pedagógicas. Mantoan (2015) e Freire (1996) são enfáticos ao afirmar que a inclusão exige do educador uma postura ética, dialógica e transformadora. A partir da experiência vivenciada no estágio e de uma análise crítica, foi observado que a escola apresenta avanços relevantes, como o respeito às individualidades dos alunos e uma identidade comunitária marcada pela valorização do respeito e da equidade.

Durante o período de estágio, foi possível observar, de forma prática, como os princípios da educação inclusiva vêm sendo aplicados no cotidiano escolar. Considerando o que estabelecem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constatamos que a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais ainda enfrenta desafios significativos, sobretudo no que diz respeito à formação dos professores, à presença de profissionais de apoio e ao uso de tecnologias assistivas.

O Art. 54 do ECA (Lei nº 8.069/1990) é claro ao garantir o direito ao atendimento educacional especializado para alunos com deficiência. A Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo tem cumprido esse princípio de forma cuidadosa, oferecendo apoio pedagógico, profissionais especializados e um ambiente adequado para o aprendizado e a autonomia desses alunos. A comunidade escolar valoriza o direito à escuta e assegura que esses estudantes sejam ouvidos e respeitados.

Entretanto, a experiência no estágio revelou que, apesar da existência de uma legislação que protege os direitos das pessoas com deficiência, a realidade da escola pública ainda impõe muitos desafios. Obstáculos de ordem estrutural, cultural e pedagógica dificultam o pleno funcionamento da inclusão escolar. A inclusão é uma

realidade que exige comprometimento, planejamento, formação continuada, investimento e, acima de tudo, uma mudança de concepção sobre o papel do professor e da escola diante da diversidade humana.

O ambiente de estágio permitiu compreender as vantagens que essa experiência oferece para o desenvolvimento de habilidades sociais, a ampliação da perspectiva profissional e a realização de uma prática equitativa e justa. Na escola, nos deparamos com desafios inesperados. As salas de aula, por exemplo, são pequenas, o que causa desconforto aos alunos. Observamos esse fator como um ponto negativo, já que apenas três salas possuem tamanho adequado para comportar a quantidade necessária de alunos.

A convivência com pessoas de diferentes contextos e com distintas necessidades de aprendizagem contribuiu para ampliar nossa visão, despertando mais empatia, respeito e habilidades de comunicação com os estudantes. Antes do estágio, tínhamos uma visão “romantizada” da educação inclusiva e especial. No entanto, ao longo da vivência, compreendemos que se trata de um processo mais complexo. São alunos que exigem muito cuidado e atenção, e essa tarefa não é fácil.

Em alguns momentos, presenciamos professoras de apoio demonstrando frustração ao não conseguirem alcançar os objetivos planejados. Em uma dessas ocasiões, na sala de aula, a professora de apoio da aluna Mônica enviou uma atividade para ser feita em casa, com o intuito de que os pais a auxiliassem. No dia seguinte, a atividade retornou sem ter sido realizada. A professora conversou com a aluna e perguntou o motivo, mas Mônica não soube responder.

Diante disso, percebemos que a relação entre família e escola é desafiadora e requer o envolvimento mútuo de ambas as partes. No contexto da educação inclusiva e especial, esse apoio precisa ser ainda mais efetivo, pois, devido aos desafios enfrentados pela criança, as dificuldades de aprendizagem são mais evidentes. Durante o estágio, observamos diversas situações em que os familiares dos alunos incluídos não colaboraram com as professoras de apoio, deixando-as sozinhas na responsabilidade pela educação desses estudantes.

“A participação da família é imprescindível para o êxito do processo de inclusão, pois ela conhece o aluno em suas múltiplas dimensões e pode contribuir significativamente para o planejamento pedagógico e para a

articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.”
(OLIVEIRA; PRIETO, 2006, p. 92)

Sabe-se que a inclusão contribui para a construção de um ambiente educacional acolhedor, no qual todos são valorizados e têm oportunidades para desenvolver seu potencial. Para que a inclusão seja efetiva e significativa, é fundamental capacitar os profissionais da educação, de forma a facilitar o atendimento às necessidades e diversidades específicas dos alunos.

Um dos papéis da escola é o de conscientizar a comunidade escolar sobre a importância da inclusão, visando combater preconceitos e promover o respeito e a aceitação da diversidade. Esse compromisso tem sido assumido com determinação pela Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo, cuja comunidade escolar exerce um papel fundamental na formação de seus alunos e no fortalecimento dos valores de equidade e respeito.

Durante o estágio, presenciamos situações que evidenciaram tanto a inclusão quanto a exclusão. A inclusão pôde ser observada em atividades colaborativas, na utilização de materiais didáticos adaptados para diferentes contextos e necessidades específicas, e na valorização da diversidade. Já a exclusão se manifestou em aspectos estruturais, como a infraestrutura e a localização da instituição, que ainda apresentam barreiras físicas e de acesso.

Um exemplo marcante de inclusão, que impactou nosso olhar como estudantes de pedagogia, foi o comportamento dos colegas em relação à aluna Mônica. Em diversas ocasiões, ela se levantava durante a aula e abraçava os colegas enquanto realizavam as atividades. Em vez de reagirem com impaciência ou grosseria, os alunos acolhiam os gestos com gentileza: abraçavam Mônica de volta, explicavam que estavam fazendo a atividade e, com calma, a conduziam de volta à sua carteira. Essa atitude se repetiu em mais de uma aula, revelando um ambiente de empatia e respeito, que reforça a prática da inclusão.

A realização de projetos coletivos também tem papel importante nesse processo, promovendo a diversidade e incentivando a aprendizagem compartilhada.

Durante o estágio, vivenciamos uma semana de gincanas e jogos na escola, com diversas brincadeiras que envolveram toda a comunidade escolar, inclusive os ASBs (Auxiliares de Serviços de Educação Básica). Nessa ocasião, os alunos da inclusão e da educação especial participaram de todas as atividades, evidenciando o compromisso da escola com a construção de um espaço verdadeiramente inclusivo.

A professora de Educação Física, com o objetivo de garantir a participação ativa dos alunos da inclusão e da educação especial durante as gincanas, optou por utilizar uma bola menor e mais leve, facilitando para que esses alunos conseguissem segurá-la e lançá-la contra o time adversário. Essa adaptação proporcionou momentos especiais para todos: os alunos demonstraram alegria ao verem seus colegas com necessidades especiais integrados às brincadeiras.

Sabemos que é possível promover a interação entre os alunos por meio de atividades e projetos inclusivos, contribuindo para a formação de uma geração mais empática e receptiva à diversidade. A Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo, por meio de ações colaborativas, promove a inclusão de maneira assertiva, adaptando brincadeiras e jogos para que todos os estudantes, independentemente de suas limitações, possam participar ativamente.

CAPÍTULO 5 - APRENDIZAGENS E CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO PARA PENSARMOS A INCLUSÃO

O estágio se constituiu como uma etapa fundamental para reflexão e consolidação dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação acadêmica.

O estágio constitui-se, assim, em um momento privilegiado de aproximação com a realidade da escola, permitindo ao futuro professor construir conhecimentos sobre a prática educativa, compreender sua complexidade e refletir criticamente sobre ela. Mais do que aplicar teorias previamente estudadas, o estágio propicia a vivência concreta das contradições do cotidiano escolar, exigindo posturas investigativas e transformadoras. (PIMENTA; LIMA, 2012, p. 18)

Durante o curso, houve a oportunidade de colocar em prática todo o suporte teórico assimilado ao longo da licenciatura. Essa vivência proporcionou experiência e desenvolvimento pessoal, técnico e profissional. Neste capítulo, serão apresentadas questões que nos levaram a refletir criticamente sobre essas aprendizagens, destacando também as principais percepções adquiridas por meio do estágio.

Um aspecto que chamou a atenção foi o acolhimento da escola em relação aos alunos da inclusão e da educação especial. O modo como é conduzida a investigação para identificar as limitações e peculiaridades de cada aluno demonstra empatia e sensibilidade por parte da equipe escolar. O primeiro passo ocorre quando o professor comunica ao supervisor suas observações em relação ao discente. A partir disso, o supervisor inicia uma investigação cautelosa para compreender a situação. Em seguida, as informações são repassadas à direção, que entra em contato com os pais do aluno. Ocorreu a oportunidade de participar de duas avaliações desse tipo durante o estágio.

O segundo passo envolve uma reunião com os responsáveis, na qual são abordadas as questões observadas em sala de aula. A partir desse diálogo, o aluno é encaminhado ao especialista. Todo esse processo é conduzido com empatia, respeito e sigilo, de forma a preservar a integridade do estudante.

Ao refletirmos sobre a forma como a Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo lida com as necessidades de seus alunos, percebemos uma instituição comprometida, que valoriza o indivíduo e a comunidade à qual pertence. Essa postura reflete fielmente os princípios contidos em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP):

O reconhecimento e a valorização das diferenças e diversidades contribuem para a aprendizagem dos estudantes e do senso de respeito mútuo, aos ritmos de aprendizagens, valorização dos muitos saberes e oportuniza aos mesmos demonstrar suas potencialidades. A escola promove as noções de cidadania através do desenvolvimento de práticas pedagógicas, como a realização de eventos, atividades e projetos envolvendo o consumo consciente. Essas ações podem contribuir para a aprendizagem dos estudantes, criando no aluno o compromisso de respeitar, cuidar e valorizar o meio ambiente. (ESCOLA ESTADUAL MAJOR RAIMUNDO FELISSÍCIMO, p. 43, 2022)

Uma das aprendizagens adquiridas durante o estágio diz respeito à relação de cuidado e respeito entre os alunos. Viemos de uma geração que costumava tratar o que era diferente como algo “errado”, e o bullying direcionado a pessoas com alguma limitação chegava, muitas vezes, a ser desumano. O bullying pode ser definido como um conjunto de violências físicas ou simbólicas, intencionais e repetidas, praticadas por um ou mais alunos contra outro, sem que este tenha possibilidade de se defender (CROCHÍK, 2011, p. 25).

Atualmente, no entanto, como futuras profissionais da educação, observamos em sala de aula um comportamento totalmente diferente do que presenciamos no passado. A turma com a qual tivemos contato nos surpreendeu positivamente pelo apoio e respeito demonstrados aos colegas da inclusão. Presenciamos diversos momentos entre eles que nos deixaram extremamente orgulhosas dessa nova geração de alunos.

Por outro lado, também acompanhamos de perto o trabalho das professoras de apoio. Segundo Mantoan (2003, p. 45), “O professor de apoio exerce papel fundamental no processo de inclusão, promovendo mediações pedagógicas que respeitam as necessidades específicas dos alunos com deficiência.” Percebemos, na prática, que lidar com alunos da inclusão não é uma tarefa simples. Esse trabalho

exige atenção constante, disponibilidade, sensibilidade e, sobretudo, vontade de ensinar trata-se de um papel que demanda grande esforço e cuidado.

Em alguns momentos em sala de aula, observamos a professora de apoio demonstrar certa irritabilidade. No entanto, seu autocontrole prevaleceu, e ela rapidamente retomou uma postura coerente e profissional. Notamos também que o trabalho dos professores de apoio é constantemente monitorado por supervisores, professores regentes e pelos próprios pais dos alunos, o que gera uma pressão adicional. Essa vigilância constante pode causar desconforto, já que, muitas vezes, esses profissionais se sentem limitados em suas ações, mesmo quando determinadas reações seriam necessárias dentro do contexto escolar.

A escola fomenta um Planejamento Pedagógico Colaborativo, no qual os professores, juntamente com o supervisor pedagógico, elaboram um plano visando atender às especificidades dos alunos da inclusão e do atendimento educacional especializado. Em determinados períodos, a supervisora solicita os planos dos professores de apoio para verificar se estão alinhados ao planejamento proposto. Em seguida, realiza reuniões individuais com cada profissional para avaliar seu desempenho.

A adaptação dos materiais didáticos é feita com base no plano de atividades elaborado pelo professor regente. Em uma ocasião, durante uma atividade sobre adição, observamos que o aluno Cebolinha ainda não sabia contar. A professora de apoio, então, utilizou um ábaco aberto de madeira com hastes e argolas para auxiliá-lo. Durante a atividade, o aluno participou ativamente, demonstrando interesse pelo recurso didático. Já a aluna Mônica desenvolvia atividades diferentes, voltadas para alfabetização e letramento, de acordo com suas necessidades.

Um ponto que chamou a atenção foi a ausência de tecnologias digitais e metodologias ativas na promoção da aprendizagem dos alunos da inclusão, especialmente no uso de materiais adaptados com recursos como legendas e audiodescrição. Observamos que, embora a escola possua uma sala de informática equipada com vários computadores, esses recursos não são utilizados com frequência pelos alunos da inclusão, o que representa um ponto negativo. O uso das

tecnologias digitais pode favorecer significativamente a aprendizagem e a adaptação desses alunos.

A utilização de metodologias ativas contribui de forma efetiva para o processo de ensino-aprendizagem. Essas metodologias propõem que o aluno seja protagonista de sua aprendizagem, participando ativamente da construção do conhecimento, em vez de apenas receber informações de forma passiva (BACICH; MORAN, 2018, p. 19). Para os alunos da inclusão, esse tipo de abordagem seria extremamente enriquecedora, proporcionando-lhes maior autonomia no processo de aprender.

Infelizmente, percebemos que a escola ainda não utiliza essas metodologias com os alunos da inclusão. Nesse aspecto, ela perde espaço quando o assunto é a superação de barreiras físicas e cognitivas. O uso de recursos tecnológicos permite que esses estudantes absorvam o conteúdo em seu próprio ritmo, com mais independência e motivação, fortalecendo a autoestima e promovendo sua plena participação no ambiente escolar.

O pedagogo desempenha um papel fundamental na garantia de uma educação equitativa e de qualidade para todos os estudantes, combatendo ativamente a discriminação e a exclusão. Para além da disponibilização de recursos, é essencial que o pedagogo amplie constantemente seu repertório didático e metodológico, buscando abordagens que valorizem a diversidade e promovam o desenvolvimento pleno de cada aluno.

Cabe ao pedagogo atuar como articulador no processo de ensino-aprendizagem, colaborando na construção de um ambiente escolar acolhedor, onde as diferenças sejam respeitadas e valorizadas. Ele deve atuar como facilitador no processo de inclusão. Conforme destaca Libâneo (2013, p. 54), o pedagogo tem papel essencial na mediação entre os sujeitos do processo educativo, devendo promover ações que favoreçam o respeito às diferenças, a cooperação entre os profissionais da escola e a construção de práticas inclusivas. Além disso, deve colaborar com os profissionais da educação especial e do Atendimento Educacional Especializado (AEE), buscando soluções para os desafios da inclusão e promovendo o uso adequado de tecnologias assistivas.

A realização do estágio na Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo nos proporcionou não apenas o aprofundamento teórico-prático sobre a Educação Inclusiva e Especial, mas também a vivência concreta de suas complexidades e desafios no ambiente escolar. Acompanhamos de perto a construção da relação entre escola e aluno, compreendendo que, embora existam avanços significativos nas políticas públicas e na formação docente, a inclusão plena ainda enfrenta importantes obstáculos.

A inclusão tem grande relevância no cenário educacional atual, indo além da simples presença dos alunos com deficiência na escola regular. O verdadeiro objetivo é garantir o acesso à aprendizagem, à participação e à valorização das diferenças como parte do enriquecimento do processo educativo. O convívio com a diversidade promove empatia, respeito e contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Os desafios da educação inclusiva são diversos, entre eles: ausência de materiais adaptados, infraestrutura inadequada, resistência de alguns educadores e gestores e escassez de profissionais especializados. Nesse contexto, a formação continuada dos professores torna-se essencial para prepará-los adequadamente para lidar com diferentes situações. Os docentes devem agir com empatia, ética e respeito, transformando o ambiente escolar em um espaço acolhedor e eficiente.

Ao refletirmos sobre a Educação Inclusiva, é necessário compreendê-la não como um favor ou concessão, mas como um direito inalienável. “A educação inclusiva não é um favor, mas um direito inalienável de todo ser humano. Excluir é negar esse direito” (MANTOAN, 2006, p. 47). Todos os envolvidos nesse processo professores, gestores, familiares e o poder público precisam conhecer esses direitos, compreendê-los e lutar pela sua efetivação. É responsabilidade coletiva transformar o ambiente escolar em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde crianças e jovens, independentemente dos desafios que enfrentam, convivam com respeito, empatia e equidade, e tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central a análise da educação inclusiva e especial no ensino fundamental I, com a turma do 5º ano e 1º ano. A pesquisa se baseou em observações e experiências vivenciadas ao longo do estágio supervisionado na Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo, no ano de 2024.

Nos baseamos nas abordagens teóricas e conceitos da educação inclusiva e da pluralidade social. O trabalho teve como propósito buscar a compreensão dos impactos positivos ou negativos da prática docente e da prática pedagógica como meio de promover ou dificultar a inclusão no contexto escolar. A experiência que tivemos no estágio demonstrou iniciativas positivas por parte do corpo docente e da gestão escolar, como adaptações pedagógicas e um ambiente acolhedor. Entretanto, as observações apresentaram desafios entre a escola e a família, revelaram a carência de apoio familiar junto à escola. Desta maneira, o TCC valida a importância do compromisso coletivo e ação intencional que faça com que a inclusão seja efetivamente realizada no ambiente escolar.

Os recursos utilizados pelos professores de apoio são materiais concretos, com um currículo que busca suprir as necessidades do aluno. O docente possui o olhar voltado para a aprendizagem, utilizando metodologias individualizadas e mediações alternativas no decorrer das aulas, facilitando a interação na sala de aula, demonstra atitudes inclusivas implementadas no cotidiano escolar. Contudo, os resultados apresentam um desenvolvimento crescente no processo de consolidação, reivindicando políticas públicas eficientes, investimentos e comprometimento de todos os participantes do contexto educacional.

O problema que nos direcionou a escolher essa temática partiu das indagações que tivemos ao longo do estágio supervisionado. Indagações como: Quais são os desafios e potencialidades da inclusão das crianças com deficiência na Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo, do município de Águas Formosas, no olhar de estudantes da Pedagogia EAD-UFVJM? Partindo desse questionamento, entendemos na prática como a educação inclusiva está sendo aplicada na escola e quais os princípios teóricos que a escola segue.

Compreendemos, por meio das observações, que há uma dedicação por parte da escola e dos professores de garantir a participação efetiva dos discentes com

deficiência, e também o esforço para entregar aos alunos o melhor processo de ensino-aprendizagem possível. Identificamos práticas inclusivas por parte da escola e professores, como a adaptação de material, o cuidado e respeito com os discentes e o atendimento individual. Através dessas análises, é possível perceber que a inclusão está presente no cotidiano da instituição, mesmo que possua desafios.

No entanto, as respostas encontradas revelaram também que a concretização da educação inclusiva ainda possui alguns obstáculos. Como a falta do uso das tecnologias digitais para auxiliar o ensino-aprendizado, a dificuldade de comunicação e a relação frágil com a família e a falta de acessibilidade, esses são fatores que impedem o atendimento pleno aos alunos da inclusão. Com isso, concluímos que mesmo diante de avanços relevantes para adquirir uma educação mais inclusiva, é importante fortalecer as ações da instituição, para enfatizar a relevância da educação inclusiva.

Este trabalho de conclusão de curso demonstra que a educação inclusiva vai além das adaptações e leis, necessita de trabalho em equipe por parte dos professores, escola, comunidade e principalmente a família. As análises revelam tanto os avanços da inclusão quanto as dificuldades enfrentadas nas ações inclusivas.

Diante disso, mesmo em situações difíceis, com a intenção bem direcionada, é possível conseguir práticas pedagógicas inclusivas. A reflexão sobre as vivências no estágio sob o olhar de duas estagiárias e futuras pedagogas agrega o debate sobre novas ações inclusivas e contribui para novas visões em relação à educação inclusiva.

As análises por meio da observação no estágio supervisionado no fundamental I nos mostraram a importância da educação inclusiva na escola como parte essencial para garantia de direitos à educação para todos os alunos, considerando os desafios de cada indivíduo individualmente. As experiências realizadas na Escola Estadual Major Raimundo Felicíssimo apresentaram uma equipe dedicada, que trabalha o coletivo e procura atuar de forma democrática. Um fator primordial é o comprometimento e o esforço real que a escola tem em se superar todos os dias pelos seus discentes.

Por fim, vale ressaltar que o estágio supervisionado se revela um pilar indispensável na construção da identidade profissional do pedagogo. É nesse espaço

de imersão prática que a teoria ganha vida, permitindo que futuras educadoras e educadores, como nós, vivenciem os desafios e potencialidades da sala de aula e do ambiente escolar, especialmente no contexto da educação inclusiva e pública. Ao observar, participar e refletir sobre as dinâmicas escolares, desenvolvemos não apenas habilidades técnicas, mas também um olhar crítico e sensível para as diversas realidades que adentram a escola, solidificando nosso compromisso com uma prática pedagógica verdadeiramente acolhedora e equitativa.

ANEXOS**Imagem 4 – fotografia da biblioteca da escola**

Fonte: Acervo pessoal

Imagem 5 – fotografia do pátio da escola

Fonte: Acervo pessoal

Imagem 6 – fotografia do bebedouro da escola



Fonte: Acervo pessoal

Imagem 7 – fotografia do refeitório da escola



Fonte: Acervo pessoal

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. In: JODELET, D. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

ARANHA, Maria Teresa Eglér. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, v. 21, 2001.

BACICH, Lilian; MORAN, José (orgs.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. *Conselho Nacional de Saúde*. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44–46, 24 maio 2016.

BRASIL. *Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. *E. E. Major Raimundo Felicíssimo. Projeto Político-Pedagógico*. Águas Formosas, 2022.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 maio 2025.

BRASIL. *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Dispõe sobre o estágio de estudantes. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, ano CXLV, n. 186, p. 1, 26

set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.* Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 maio 2025.

CROCHÍK, José Leon. *Violência e preconceito na escola: um olhar da psicologia.* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948). ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos.* Paris, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 12 maio 2025.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIROTO, Claudia Regina Mosca; POKER, Rosimar Bortolini; OMOTE, Sadao (orgs.). *As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas.* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

GLAT, Rosana. A escola comum na perspectiva da inclusão escolar. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 135-147, jan./abr. 2007.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOOGLE. Águas Formosas, MG. Google Maps, imagem de satélite. Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Águas+Formosas,+MG>. Acesso em: 11 jun. 2025.

INCLUSÃO JÁ [@inclusao_ja]. Imagem publicada em 11 out. 2020. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CGPizbHAtGk>. Acesso em: 11 jun. 2025.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educação & Realidade*, Curitiba, n. 41, set. 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos: para quê?* 3. ed. Campinas: Papirus, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 6. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 9. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Rosângela Gavioli; PRIETO, Rosângela Gavioli. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* In: PRIETO, R. G. (Org.). *Inclusão: práticas pedagógicas e formação de professores*. Campinas: Papirus, 2006. p. 89–104.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e docência*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RODRIGUES, David. *Educar para a inclusão*. Porto: Porto Editora, 2006.

SILVA, O. M. D. *Epopéia ignorada – a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje*. São Paulo: CEDAS, 1986.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 12 maio 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI.

Pedagogia. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/a-universidade/cursos/pdg>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. *Plano de ensino: Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I – EADPDG027*. Juliana Lages Ferreira (coord.). Diamantina: UFVJM, 2025.

VIGOTSKI, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.